



ARTIGOS
TÉCNICOS

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PRODUTOR DE LEITE, ESTADO DE SÃO PAULO, 1974-84

Yuly Ivete Miazaki de Toledo
Paul Frans Bemelmans

A produção estadual de leite tem oscilado em torno de 1,7 bilhão de litros há cerca de dez anos, enquanto que a demanda tem se expandido, pelo próprio crescimento vegetativo da população. Em 1983, se se considerar um consumo médio diário de 130,4g/capita de leite cru + pasteurizado, consideravelmente reduzido para os padrões nutricionais, estima-se uma demanda mínima de 1,31 bilhão de litros, contra a oferta estadual de leite pasteurizado de 1,13 bilhão de litros, havendo portanto necessidade de importação de outros Estados. Destaque-se ainda que significativa parcela do leite processado do Estado de São Paulo já é oriunda de outros Estados — Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul.

A distribuição de leite na Grande São Paulo, pelas principais empresas de leite pasteurizado, desde 1978 apresenta-se retraída, sendo que desde julho de 1983 tem sido inferior à do ano anterior (quadro 1) como decorrência, por um lado, das defasagens entre custo de produção e preço recebido e, por outro, da retração no consumo, principalmente do leite B.

A permanência do produtor na produção leiteira enquanto atividade econômica tem sido questionada, dado o longo período de dificuldades pelo qual vem passando.

Assim, o objetivo principal do trabalho é estudar a situação de rentabilidade do produtor de leite no período 1974-84 e, para isso, confronta-se a evolução dos preços do leite Especial, inicialmente administrados pela Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) e, atualmente, pela Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), com dois tipos de custos de produção. Procura-se comparar o preço recebido pelos produtores, tanto com a evolução do custo operacional médio de propriedades que praticam contabilidade agrícola regular como também com o custo operacional médio calculado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), durante o período 1974-84. Em ambos os casos, não são consideradas as remunerações aos fatores fixos.

O custo operacional calculado pelo IEA, com base em coeficientes técnicos obtidos na região produtora, não considera despesas gerais da propriedade e é atualizado ano a ano. Sua metodologia é encontrada em MATSUNAGA ⁽¹⁾ e na publicação *Informações Econômicas*, do mês de julho de cada ano do período.

(¹) Matsunaga, Minoru et alii. Metodologia de custo de produção utilizada pelo IEA. *Agricultura em São Paulo*, v. 23, n.1, 1976, p.123-139.

QUADRO 1. - Distribuição de Leite na Grande São Paulo, 1974-84

(em 1.000 litros)

Ano	Total de leite	Leite tipo B
1974	493.535	139.321
1975	589.981	119.511
1976	580.745	171.052
1977	579.157	209.015
1978	674.331	200.472
1979	557.662	212.098
1980	607.937	216.198
1981	632.938	224.780
1982	635.870	233.101
1983	613.930	210.491
Jan.-Fev. 1983	104.012	38.928
Jan.-Fev. 1984	101.572	26.559

Fonte: Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

Já o custo operacional médio, calculado através da contabilidade agrícola, envolve todos os desembolsos diretos ocorridos no leite e parte dos custos indiretos da fazenda.

Como despesas diretas computaram-se todos os gastos envolvidos nas operações realizadas pelos empregados, tanto no manejo do gado como no pasto; as máquinas e equipamentos (custo diário real); sementes, adubos, calcário e defensivos para capineiras e pastagem; alimentos; vacinas e medicamentos; e outras específicas.

As despesas indiretas da propriedade foram rateadas entre as diversas atividades proporcionalmente ao número de dia-homem de serviço utilizado em cada uma delas, compreendendo gastos gerais com administrador, conserto de estradas, troca de porteiras, além de telefone, material de escritório, utensílios diversos, conservação de benfeitorias, imposto, taxas, juros, despesas legais, transportes, despesas gerais, gasto com utilitário, aluguel de máquina, serviços gerais, despesas de comercialização, depreciação geral, produtos próprios produzidos e consumidos na fazenda (leite) e, finalmente, uma remuneração ao empresário.

A renda bruta de exploração de leite decorre de duas fontes, sendo uma a extra-leite (esterco produzido, sacaria vazia vendida, gado descartado vendido, variação do inventário), e a outra da produção total do leite (vendido e consumido). Considerou-

se o preço médio recebido durante o ano, computando-se o recebimento do leite dentro da cota, extracota, gordura, etc.

A fim de se efetuar a comparação intertemporal dos custos e das rendas dos produtores desde 1970/71, esses valores foram transformados em cruzeiro de fevereiro de 1984.

Confrontando o custo operacional do IEA com o preço recebido, em cruzeiro de fevereiro de 1984, observa-se no quadro 2 e na figura 1 que, a partir de 1978, o custo médio calculado pelo IEA passa a sobrepujar o preço. Mesmo admitindo que no início da vigência do novo preço este seja maior que o custo, logo fica defasado, com as médias do ano demonstrando o prejuízo do produtor, nos últimos anos.

QUADRO 2. - Evolução do Custo Operacional e do Preço Médio Administrado de Leite Tipo C, Estado de São Paulo (1), 1974-84

(em cruzeiro)

Ano	Custo operacional		Preço	
	Corrente	Real(2)	Corrente	Real(2)
1974	1,097	242,18	1,057	233,35
1975	1,381	246,07	1,400	249,46
1976	1,630	206,64	1,720	218,05
1977	2,721	236,08	2,787	241,81
1978	3,511	221,93	3,830	242,09
1979	7,140	310,67	5,540	241,06
1980	14,420	315,06	11,560	252,57
1981	29,890	300,46	25,417	255,49
1982	50,600	257,37	38,000	193,28
1983	120,000	268,60	100,830	225,69
1984(3)	286,080	286,06	194,000	194,00

(1) Vale do Paraíba.

(2) Em cruzeiro de fevereiro de 1984.

(3) Até março de 1984.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

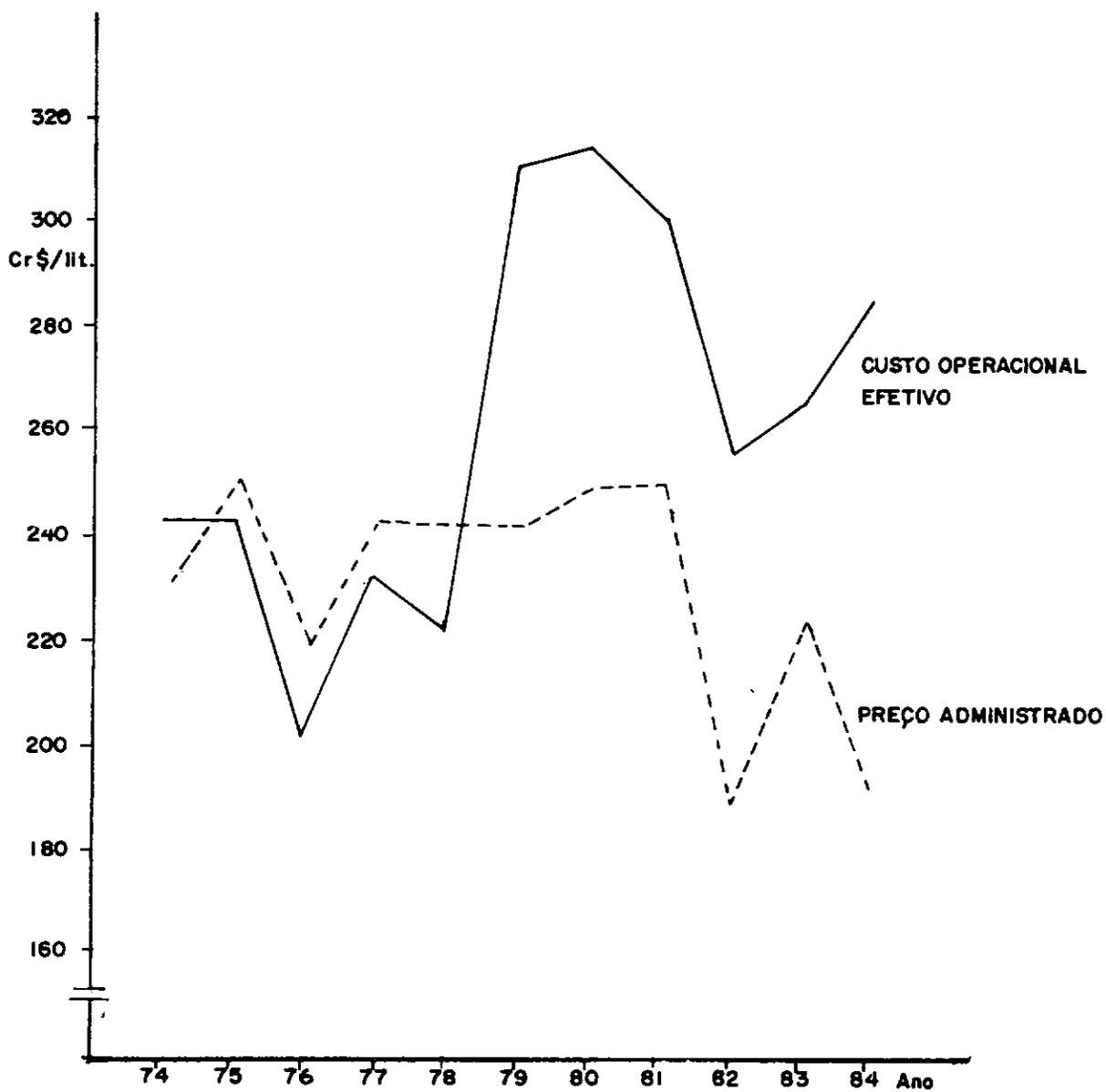


FIGURA 1. - Evolução do Custo Operacional e Preço Administrado de Leite Tipo C, Estado de São Paulo, 1974-84 (em cruzeiro de fev. 1984).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Reforça a análise feita com o custo médio calculado pelo IEA (baseado em levantamentos) e o preço médio administrado, a comparação das evoluções dos custos operacionais médios e das receitas recebidas pelos produtores de leite baseadas nos dados de contabilidade agrícola. Nessas propriedades, observou-se que, em 1970/71 a 1977/78, os produtores trabalharam com renda líquida positiva e a partir daí o resultado foi negativo (quadro 3 e figura 2).

O resultado obtido através da contabilidade agrícola coincide com o obtido através do custo operacional do IEA, verificando-se que há cinco anos o pecuarista médio do Estado de São Paulo vem tendo prejuízos financeiros na atividade leiteira, o que tem levado a um declínio na produção estadual, pois o produtor vê-se na necessidade de diminuir o número de vacas leiteiras e/ou reduzir o grau de sangue do rebanho, levando ao

QUADRO 3. - Evolução do Custo Operacional Total (C.Op.) e Receita Bruta Total (RBT) pelo Produtor de leite, São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, 1970/71 a 1982/83

(em cruzeiro)

Ano	Valor corrente		Valor real ⁽¹⁾	
	C.Op.	RBT	C.Op.	RBT
1970/71	0,334	0,409	135,46	165,88
1971/72	0,381	0,475	130,77	163,03
1972/73	0,610	0,659	181,95	196,56
1973/74	0,727	0,891	174,60	213,99
1974/75	1,333	1,618	248,70	301,88
1975/76	1,724	2,092	234,78	284,89
1976/77	3,137	3,091	295,24	290,91
1977/78	3,721	3,940	253,98	268,93
1978/79	7,093	5,519	330,66	257,29
1979/80	11,632	10,199	285,42	250,26
1980/81	26,400	22,364	302,21	256,01
1981/82	50,335	39,959	294,69	233,95
1982/83	85,091	81,977	221,44	213,34

(¹) Em cruzeiro de fevereiro de 1984, ajustado para o ano agrícola de outubro a setembro.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) – Contabilidade Agrícola.

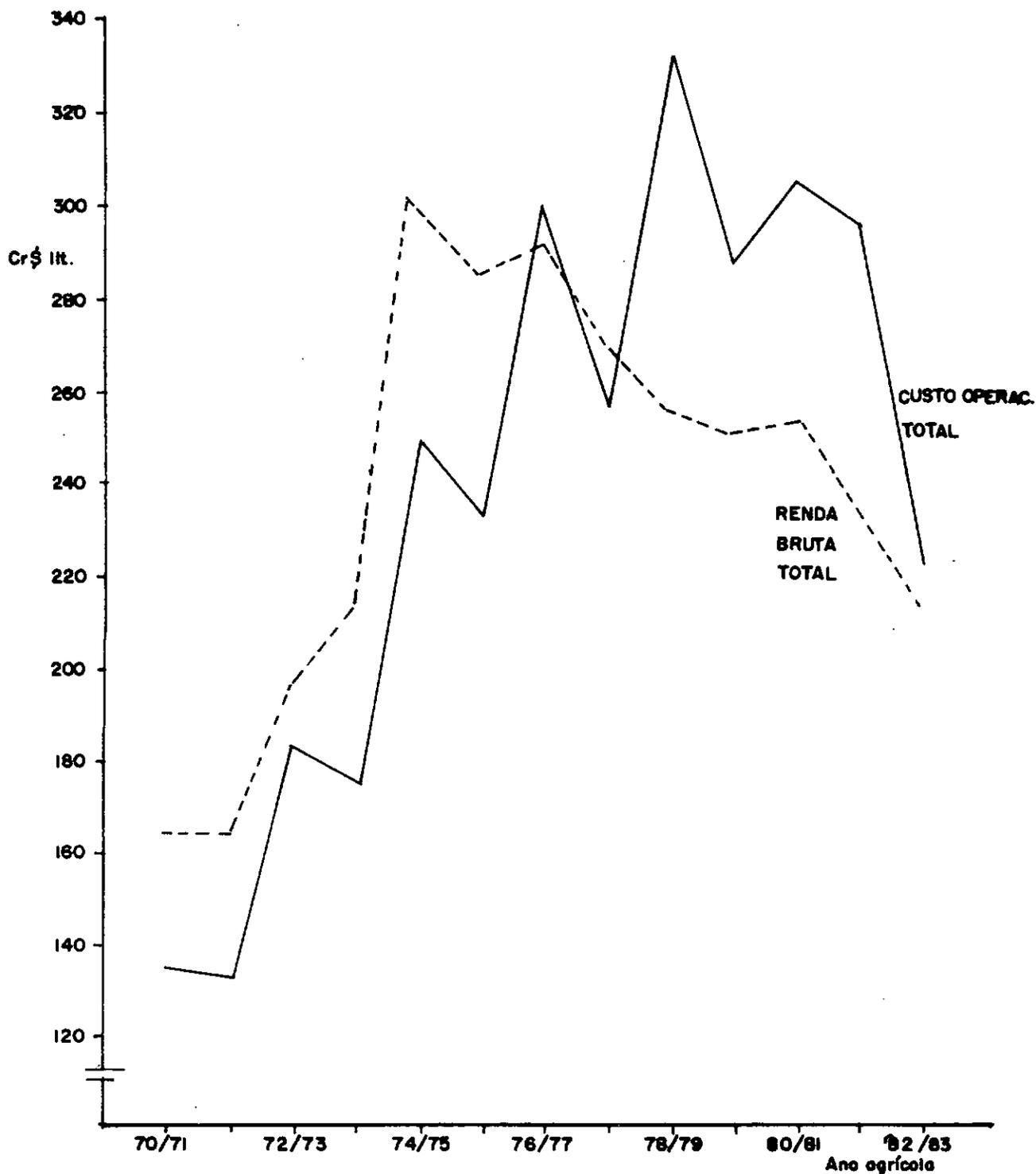


FIGURA 2. - Evolução do Custo Operacional Total e Preço Recebido pelo Produtor de Leite, com Base na Contabilidade Agrícola, São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, 1970/71 a 1982/83 (em cruzeiro de fev. 1984).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) - Contabilidade Agrícola.

desmantelamento da atividade.

Do lado da demanda, tem-se dificuldades para absorver as altas nos custos de produção, inclusive do leite tipo B (cujo preço é liberado), pois, a recessão econômica do País, com o aumento do desemprego, e a queda no poder aquisitivo de grande parcela da população têm retraído a procura por leite e derivados (em cerca de 30% para queijos e 50% em iogurtes e pudins, nos últimos três anos).

Dessa forma, as perspectivas de alteração favorável para a produção estadual do produto são pouco prováveis. As dificuldades financeiras sentidas pelo pecuarista paulista soma-se o possível aumento na oferta do leite fluido, originário de outros Estados e indústrias de laticínios que têm destinado menor parcela para a produção de derivados. Desta forma, a produção leiteira no Estado de São Paulo sente a urgente necessidade de uma revisão na política adotada a nível federal, aliada a programa específico de atuação da pesquisa e da assistência técnica estadual, a fim de se garantir tanto a sobrevivência do setor como a oferta deste produto de alto valor nutricional, principalmente em períodos em que se verifica grande incidência de carência alimentar na população.